

# **CORAGEM PARA FAZER DIFERENTE**

## **Programa de Governo para Campinas**

### **Eleições 2016 - PSOL**

**Marcela Moreira Prefeita, Paulo Santos Vice-Prefeito**

## **INTRODUÇÃO**

Pela terceira vez o PSOL se apresenta para as eleições municipais de Campinas. Em um momento de graves ataques à democracia no país e de profunda crise econômica, as eleições deste ano cumprem também o papel de reafirmação dos valores democráticos e de defesa dos direitos sociais duramente alcançados pelo povo brasileiro.

Este programa de governo possui um recorte claro do desejo de construção de uma cidade justa, inclusiva, sustentável social e ambientalmente, que coloque o desenvolvimento da cidade no rumo de uma Campinas radicalmente democrática.

Foram dezenas de eventos realizados ao longo de anos, contando com a participação não apenas de especialistas, mas também de pessoas comuns que vivem e constroem nossa cidade. Este programa não se propõe a ser a panaceia para problemas históricos e que se coordenam com dinâmicas muito maiores que um município, porém se pretende um instrumento norteador, aberto à contribuições, pois a cidade e a sociedade são organismos vivos, e um programa de governo que se pretenda democrático deve sempre estar aberto à melhorias e adequações.

## **CARACTERIZAÇÃO DE CAMPINAS E REGIÃO METROPOLITANA**

Campinas possui uma área total de 796 km<sup>2</sup>, sendo que sua maior extensão ainda é rural com 407,5 km<sup>2</sup> e área urbana de 388,9 km<sup>2</sup>. Sendo que vinte e oito por cento do território é uma área de proteção ambiental. Conta com uma população de 1.164.098 habitantes tendo 812.150 eleitores. A cidade possui a quarta maior praça bancária, tendo o oitavo Produto Interno Bruto do país.

Historicamente um importante polo logístico, conta com uma das maiores malhas rodoviárias do país, tendo o maior aeroporto de cargas do Brasil, sendo o 3º maior polo de pesquisa e desenvolvimento, responsável por 15% da produção científica nacional, Campinas a cada ano se reafirma central na economia brasileira.

Sede de uma região metropolitana também de alta importância econômica, com vinte municípios e 3 milhões de habitantes e, por conta da refinaria de Paulínia, responsável por 20% do refino de petróleo do Brasil, contando ainda com seis cidades entre as cem maiores geradoras de riqueza do país com um PIB de mais de R\$142 bilhões, superando dezoito estados da federação.

Porém, em que pese essa pujança econômica e números grandiosos, Campinas e região sofrem com as mazelas históricas de um desenvolvimento caótico, vítima de um modelo econômico e social que promove a desigualdade e penaliza e explora sobremaneira os mais pobres, não garantindo qualidade de vida para a maioria da população. Uma região que sofre com problemas ambientais, de transporte, de segurança pública, de desemprego, e uma saúde e educação que não atendem plenamente a necessidade da população.

## **GOVERNO JONAS DONIZETTI – MAIS DO MESMO, LEVANDO CAMPINAS AO CAOS**

A gestão atual iniciou após a mais grave crise política da história de Campinas onde desnudou-se um governo extremamente corrupto (Hélio de Oliveira Santos/PDT e Demétrio Vilagra/PT), que o PSOL denunciava desde seu início. Porém o governo Jonas não diferenciou-se nas práticas administrativas. Truculência com relação aos Conselhos Municipais, privatizações que só pioraram a eficiência do serviço público, transporte público caótico e prestando um serviço cada dia pior e com tarifas abusivas, explosão de casos de dengue etc. Outra marca deste governo é o abuso com relação aos cargos comissionados, tendo inclusive pessoas acusadas de ligação com o crime organizado lotados em gabinetes vizinhos ao do prefeito.

A Prefeitura de Campinas foi reprovada em transparência pública pela Controladoria Geral da União (CGU), órgão fiscalizador do governo federal. Numa escala de 0 a 10, a administração Jonas tirou nota 2,36. Dos 10 itens analisados em relação à Lei de Acesso à Informação, Campinas foi reprovada em sete.

## **PSOL – CONDIÇÕES POLÍTICAS PARA FAZER DIFERENTE**

O Partido Socialismo e Liberdade tem se notabilizado em âmbito nacional por sua coerência, defesa intransigente da população brasileira, de setores oprimidos da sociedade, do meio ambiente e da democracia. Além disso, é o único partido com representação no Congresso Nacional não envolvido com a operação Lava-jato, nem citado na lista da Odebrecht ou empresa em paraísos fiscais (Offshore)

A partir de uma leitura que é necessário e possível resgatar valores democráticos e fundantes da Constituição Federal de 1988 bem como de uma revolução no modo de fazer política no país, é urgente se efetivar políticas públicas já consignadas como a Lei Federal 10.257/2001 o Estatuto da Cidade, a Lei 8080/1990 de fortalecimento do Sistema Único de Saúde, a Lei 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a Lei 12.435/2011 que institui Sistema Único de Assistência Social, a Lei 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Maria da Penha - Lei 11340/2006 que dispõe sobre a prevenção e combate a violência contra as mulheres, a Lei 10.741/2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, a Lei nº 13.146/2015 que dispõe do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei 12288/2010 que dispõe do Estatuto da Igualdade Racial, a Lei 12.852/2013 que dispõe do Estatuto da Juventude, deliberações da 1ª Conferência Nacional sobre

Transparência e Controle Social (ConSocial), entre outras é que nos apresentamos para essas eleições.

Para isso são necessárias outras práticas políticas que encerrem o clientelismo, a apropriação do público pelo privado, a corrupção e a ineficiência da gestão pública. O PSOL, por não ter como financiadores (diretos ou indiretos) de campanha setores empresariais que possuem interesses diretos em aprovação de leis que os favoreça e também de refutar o loteamento da máquina pública com partidos da base aliada – construindo suas relações políticas com base em projetos comuns – reúne condições políticas para fazer diferente. Assim, nosso governo será calcado no tripé: Transparência, Governar com a Sociedade Civil, Construir uma cidade Justa e Democrática. Construiremos uma forte relação do governo com os movimentos populares e com a sociedade civil organizada.

## **TRANSPARÊNCIA, GESTÃO PARTICIPATIVA E DEMOCRÁTICA**

- Redução de 1000 cargos comissionados, valorizando o servidor público;
- Respeito aos Conselhos municipais como espaço legítimo de fiscalização, controle e formulação de políticas públicas;
- Gestão das Administrações Regionais e Subprefeituras feita por conselhos comunitários com representantes eleitos pela comunidade;
- Realização de auditoria cidadã da dívida pública;
- Realização de plebiscitos e referendos uma vez ao ano;
- Revisão do Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos servidores municipais, valorizando o servidor;
- Fomentar a capacidade de participação popular;
- Tornar públicas, transparentes e abertas todas as informações da administração municipal, os indicadores da cidade e os dados orçamentários;
- Melhorar significativamente o portal da Prefeitura para a divulgação de dados, informações e serviços, visando atingir ampla navegabilidade e interatividade no atendimento aos interesses da população;
- Criação do Conselho da Gestão composto por 50 pessoas da cidade;
- Estabelecer indicadores de desempenho relativos à qualidade dos serviços públicos no município;
- Apresentação pública de relatórios de execução orçamentária;

## **UM NOVO OLHAR SOBRE O PLANEJAMENTO URBANO E OS DESAFIOS AMBIENTAIS**

Campinas está inserida em uma das principais regiões metropolitanas do país. Esse fato traz desafios que invariavelmente não foram enfrentados pelos governantes anteriores, parte por negligência recorrente do governo estadual, parte por uma visão estreita dos ocupantes dos Executivos municipais. O planejamento urbano de Campinas deve ter um olhar para a Região Metropolitana pensando dinâmicas que dialoguem com as cidades vizinhas.

Muito se diz que as cidades cresceram sem planejamento. Tal afirmação é equivocada. O crescimento urbano deu-se com a ausência de um planejamento público, democrático e com visão de longo prazo. O que temos são cidades pautadas pelo planejamento privado, construído em gabinetes e refém dos anseios do setor imobiliário. Esse tipo de planejamento traz graves problemas para a qualidade de vida e mesmo a viabilidade econômica das cidades, além de negar às pessoas o direito à cidade, criando territórios injustos e excludentes. Campinas não escapou dessa lógica.

Um planejamento urbano eficiente, tem o poder de contribuir com a resolução de problemas como moradia, transporte, saneamento, violência urbana, e com a melhoria da qualidade de vida como um todo. Por isso é fundamental garantir uma revisão do Plano Diretor séria e transparente, utilizando todos os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, que possa corrigir e amenizar erros históricos, colocando Campinas no caminho de uma cidade justa, humana e para as pessoas.

Para isso propomos:

- Criação de Instituto de Desenvolvimento Socioambiental de Campinas - Antônio da Costa Santos (Autarquia de Planejamento Urbano);
- Unificação das Secretarias do Verde, Planejamento e Urbanismo. Junto à esta secretária, criaremos uma Secretaria de Agricultura. Além disso, o Departamento de Parques e Jardins estará subordinado a esta secretaria;
- Realizar uma gestão integrada e eficiente para a sustentabilidade, baseada no princípio da precaução sobre o ambiente urbano e rural;
- Implementação efetiva do Estatuto da Cidade;
- Plano de arborização, para redução das ilhas de calor, melhoria da qualidade do ar e que garante a sombra e o conforto para pedestres, levando em conta as desigualdades regionais de acesso, atualizando o Guia de Arborização Urbana de Campinas (GAUC);
- Melhorar substantivamente a qualidade do ar, segundo os padrões da Organização Mundial da Saúde com monitoramento eficiente, controle rigoroso de poluentes e medidas mitigadoras e anteparos de poluentes como arborização, por exemplo;
- Criação do Parque de Barão Geraldo e requalificação dos parques já existentes que atualmente estão abandonados;
- Nenhuma cobrança na entrada nos parques, que estarão abertos à noite com toda segurança, iluminação e servidores públicos, para que possam ser utilizados quando a maioria das pessoas podem usufruir;
- Incentivo ao turismo rural e a preservação da biodiversidade;
- Criação de um Plano Municipal de Agrofloresta;
- Incentivo a agricultura orgânica e familiar, priorizando a compra para abastecimento da merenda escolar, pagando o adicional de 30% para a compra de orgânico;
- Implantação do Selo de Inspeção Municipal para facilitar a comercialização de produtos de origem animal pelos produtores de Campinas;
- Criação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, implantando a Coleta Seletiva com participação dos catadores e das cooperativas de reciclagem como preconiza a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Criação e implementação da Política Municipal de Permacultura;

- SANASA como indutora da preservação dos recursos hídricos e executora do saneamento básico como um todo (abastecimento de água, tratamento de esgoto, águas pluviais e gestão de resíduos);
- Garantir a implantação da Política de Combate às Perdas de Água e Racionalização pelo Uso da Água, com a troca de redes. Em quatro anos chegar a um patamar de 5% de perdas, pois Campinas tem atualmente 19%;
- Preservação de nossos recursos hídricos, criando mais restrições a obras que impermeabilizem o solo e criação de uma política de recuperação e preservação de nascentes, remunerando produtores de água, além da garantia de 100% do esgoto coletado e tratado, seja por meios convencionais, seja por meios alternativos de tratamento;
- Aprovação e efetivação da Política Municipal de Educação Ambiental, além de estímulos a hortas nas escolas, eco-brinquedotecas etc;
- Incentivos para a reversão e consolidação de nossa zona rural seja zona livre de agrotóxicos e transgênicos, prioritariamente no que concerne a merenda;
- Não permitiremos pulverização aérea de inseticida contra *Aedes aegypti*;
- Efetivação da Lei 12389/2005 e do Decreto 15.424/2006 que dispõe sobre a Doação e Reutilização de Gêneros Alimentícios e de excedentes de alimentos;
- Fortalecimento do Banco Municipal de Alimentos;
- Incentivar o acesso ao mercado de pequenos produtores;
- Incentivar a expansão da produção orgânica e agroecológica;
- Incentivar e fortalecer feiras de pequenos agricultores, produtores orgânicos e agroecológicos, em especial nas áreas públicas como parques;
- Combate a contaminação de nossas nascentes e cursos d'água;
- Formulação de políticas públicas que incentive, defenda e preserve nossa área rural, para que a população que viva nesta área permaneça, produza e defenda sua manutenção;
- Garantir a elaboração e implementação de Plano de Manejos para nossas nove Unidades de Conservação: Parque Natural Municipal do Campo Grande, Parque Natural Municipal dos Jatobás, Parque Natural Municipal da Mata e Refúgio de Vida Silvestre do Quilombo, Área de Proteção Ambiental Municipal de Campinas e Área de Proteção Ambiental do Campo Grande, ARIE Mata de Santa Genebra;
- Implementar programa municipal de Hortas Urbanas e Periurbanas;
- Parcerias com escolas técnicas, faculdades e institutos de pesquisas para promover a valorização da sustentabilidade, de nossa área rural e áreas de proteção ambiental, em defesa da soberania alimentar e combate a intoxicação por agrotóxicos.

## **MOBILIDADE: CIDADE PARA AS PESSOAS E TRANSPORTE PÚBLICO COMO DIREITO E NÃO COMO MERCADORIA**

Um dos pontos mais perversos do crescimento urbano sem um planejamento público é a questão da mobilidade urbana. Como mobilidade entendemos não apenas medidas de melhoria no tráfego de veículos com construção de mais ruas e avenidas, mas sim mobilidade

como formas de garantir que pessoas possam se locomover de maneira mais eficiente e humana, garantido à todas, independente de classe social, o Direito à Cidade.

O trânsito em todas as médias e grandes cidades do país, além de caótico, mata e traz sequelas para milhares de famílias. Estima-se que 60 mil pessoas morram ao ano vítimas de acidentes no trânsito, atingindo três grupos mais vulneráveis pedestres, ciclistas e motociclistas, ceifando vidas e impondo gastos bilionários aos cofres públicos, sem contar as dezenas de milhares que ficam com sequelas temporárias e permanentes, trazendo dor às famílias. Infelizmente as políticas públicas desde a década de 50 vêm no sentido de incentivar e privilegiar o transporte individual e motorizado. Diversas nações do mundo estão revendo políticas como essas e o município tem um papel de destaque na alteração dessa lógica. Campinas e região possuem ainda uma malha ferroviária invejável, que não pode ser vista como um problema urbanístico, mas, pelo contrário, como uma grande possibilidade de desenvolvimento de outros modais de transporte.

Mais do que ações taxadas de “românticas”, “ideológicas”, “inviáveis”, garantir uma alteração profunda na lógica de como pensamos a cidade e nossa mobilidade trará impactos positivos econômicos e sociais gigantescos. Portanto nossas propostas versam sobre todos os modais de transporte, valorizando o pedestre, os meios de transportes não motorizados, os meios de transporte com baixo potencial poluente. Além disso, nosso governo estará pautado pela meta de que o transporte seja universal, garantido como direito e não como uma mercadoria nos termos do art. 6º da Constituição Federal.

- Realização de auditoria com participação popular sobre custos do transporte público;
- Redução da tarifa para R\$ 1,00 e implantação da Tarifa Zero em até quatro anos;
- Aumentar a parcela de viagens realizadas em transportes públicos, a pé ou de bicicleta;
- Desenvolver e manter uma boa infraestrutura para locomoção de pedestres e pessoas com deficiências, com calçadas e travessias acessíveis e adequadas;
- Qualificação e aumento salarial de motoristas.;
- Regularização do UBER;
- Revisão do preço da tarifa do táxi e aumento do número de táxis na cidade;
- Fortalecimento da EMDEC para a gestão efetiva da mobilidade urbana;
- Criação de 200 km de ciclovia e além de ciclorrotas, com implantação de paraciclos, que garantam deslocamentos com segurança e conforto, integradas com bicicletários nas estações de ônibus;
- Linhas-tronco dos ônibus com porta-bicicletas;
- Estudo e planejamento urbano para a implantação de transporte sobre trilhos;
- Incentivos tributários aos parceiros do ciclistas e da mobilidade urbana;
- Estimular carona solidária no trajeto casa-escola e casa-trabalho;
- Desenvolvimento de projetos de educação no trânsito, com foco nos públicos mais vulneráveis, em especial, os pedestres, os idosos, os motociclistas, os ciclistas e os jovens condutores.

## **SEGURANÇA PÚBLICA: MAIS INTELIGÊNCIA E MENOS PÓLVORA**

A segurança pública é uma das grandes preocupações das pessoas. De fato, contamos com índices de violência e criminalidade inaceitáveis para uma sociedade que se pretenda civilizada. Sem esquecer que este tema possui muitas variáveis que influem nessa questão e que, nos termos constitucionais, o principal ente da federação responsável pela questão é o governo estadual, o município pode, e deve, auxiliar na resolução deste grave problema que vitimiza à todas as pessoas.

Assim uma atuação eficiente deverá ser pauta pela Constituição Federal e pela Lei 13022/2014 que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. Não é admissível Campinas possuir uma Guarda e mesmo assim ter contratos milionários com empresas terceirizadas de segurança.

- Devolver a Guarda Municipal para sua atribuição constitucional;
- Criação da Guarda Comunitária em áreas públicas;
- Guarda Ambiental com poder de atuação e fiscalização em infrações ambientais;
- Cancelamento do contrato com empresa de segurança o que trará economia aos cofres públicos de 65,4 milhões;
- Promover a cultura de paz, empatia, solidariedade e respeito aos direitos humanos;
- Priorizar iluminação pública como mecanismo de prevenção de vulnerabilidades, para que Campinas se torne segura para todas as pessoas, em especial as mulheres;
- Utilização espaços ociosos, públicos e privados, como hortas urbanas e espaços de lazer;
- Utilizar mecanismos urbanísticos de apoio à segurança pública;
- O enfrentamento da violência de agentes do governo contra jovens negros, especialmente trabalhadores informais, moradores de rua, usuários de drogas e das periferias;
- Pressionar o poder público estadual visando à mudança dos atuais padrões de formulação e implementação da política de segurança pública;
- Que a Guarda Municipal encaminhe os registros de atendimento de crimes de intolerância contra a população LGBT, negr@s, mulheres e população em situação de rua para os conselhos respectivos, a fim de subsidiar o mapeamento dos principais pontos onde tais crimes ocorrem;
- Divulgação de material educativo contra a intolerância e incentivo à denúncia para combater e prevenir estes eventos;
- Intensificação da segurança nos locais de convivência LGBT, negras e negros, mulheres e moradores em situação de rua para prevenir vulnerabilidade e riscos;

## **POR UMA SAÚDE PÚBLICA E DE QUALIDADE**

A saúde é um dos grandes gargalos atuais da cidade. Seja o atendimento individual, seja políticas de saúde pública, com o grande exemplo da explosão de casos de doenças advindas do aedes aegypti, como dengue, zika, chikungunya, sem contar a gripe H1N1. A gestão da saúde tem sido caótica. Os governos municipais recentes tem promovido uma série de ataques à construção do SUS em nossa cidade: sucateamento, falta de concursos públicos

(causa principal da falta de profissionais), falta de recursos, privatização, terceirização, prioridade de modelo medicalizante.

A privatização e terceirização é uma das principais causas do colapso do atendimento à saúde em Campinas. O Hospital Ouro Verde é um exemplo. Ele era administrado por uma das maiores entidades privadas da saúde no Brasil que não cumpriu o contrato que fez com a Prefeitura e nunca funcionou em toda sua capacidade, enfrentando graves problemas como pronto-socorro lotado e falta de médicos. Mesmo após uma recomendação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) para atender um outro modelo de gestão de convênio, a prefeitura optou assinar novo convênio com uma nova empresa para administrar a unidade, mas mantendo uma visão de saúde como negócio, desrespeitando os funcionários do hospital Ouro Verde que reclamam da falta de estrutura para trabalhar, possibilidade de auto-organização. Sem contar a terceirização da farmácia do Hospital Mário Gatti, que onerou ainda mais os cofres públicos com vertiginosa piora na prestação de atendimento à população.

Além da privatização, o SUS também é atacado pela falta de recursos. Desde seus princípios, em 1990, os recursos financeiros são insuficientes. As recorrentes gestões estaduais e federais não resolveram o problema principal: o Brasil investe apenas a metade (3,5% do PIB) do que deveria com saúde pública.

Os Centros de Saúde (conhecidos popularmente como postos de saúde) cumprem um papel central na organização de uma rede de saúde. Com um equipe multiprofissional qualificada e inserida na comunidade, os CSs são capazes pela prevenção, pelo acompanhamento e pela recuperação da saúde, de até 80 – 90% dos casos que chegam nas unidades de saúde – índice atingido em países como Cuba ou Inglaterra, que baseiam seus sistemas de saúde na Atenção Primária. A proximidade com a comunidade, a preocupação com a determinação social dos processos de adoecimento, o enfoque não apenas na cura, mas nas condições globais de saúde, permitem, por exemplo, uma diminuição na procura de hospitais ou serviços de urgência, já que eventos mais graves podem ser prevenidos pelos CSs.

Existem diversos modelos de Atenção Básica que podem ser adotados. O mais comum no Brasil é a Estratégia de Saúde da Família. Independente do modelo, que em Campinas tem sido historicamente uma combinação, o fato é que a rede de CSs tem sido objeto de um desmonte. As enormes dificuldades para se conseguir atendimento, a falta de retaguarda, a sobrecarga de trabalho – pela extrema carência de profissionais - tem impedido que quem trabalha na atenção básica possa cumprir seu papel.

Campinas tem, de acordo com dados do Ministério da Saúde, apenas 34% de cobertura populacional por Equipes de Saúde da Família completas. Isso significa, na prática, que há equipes que trabalham por 2 ou 3 – o que se constata facilmente ao ver cerca de 7 a 9 mil pessoas tem apenas uma equipe de referência, quando o próprio Ministério da Saúde recomenda 3 a 4 mil pessoas atendidas por uma equipe. Isto tem levado a retrocessos, pois na prática, muitos CSs tem se transformado em unidades que fazem pouco mais que pronto-atendimento, ações isoladas de vigilância, sem conseguir realizar de fato atividades preventivas, seguimento dos usuários, ações intersetoriais (com educação ou assistência, por exemplo). NO fundo, o modelo tem sido cada vez mais medicalizante e menos emancipador.

Defendemos um modelo de atenção básica à saúde que garanta amplo acesso da população ao atendimento de saúde – mas uma atenção à saúde que possa intervir em todos



os aspectos do processo de saúde-adoecimento, com seus determinantes sociais e o caráter de classe que este assume, suas peculiaridades culturais, que permita a autonomia dos usuários no seu cuidado, que previna de forma eficaz muitos processos de adoecimento.

As unidades de referência – Policlínicas, Ambulatórios de especialidades, Hospitais, o Serviço de Atendimento e Internação Domiciliar (o SAID) entre outros – representam mais um aspecto da crise da saúde em nossa cidade. Além de claramente insuficiente – pois a falta de profissionais, de leitos hospitalares, as enormes listas de espera para atendimento de especialidades comprovam este fato, boa parte da rede de referência é feita em serviços privados, através da compra de serviços (exames de imagem, por exemplo) e de convênios com hospitais privados.

A situação da rede de urgência e emergência também é crítica. Em grande medida, ela desestruturação da Atenção Básica, mas também pela insuficiência da rede, pois há uma crônica falta de profissionais, materiais, ambulâncias, etc, que tem impedido que este setor cumpra seu papel.

Sabemos que é necessário contratar diversos profissionais (médicos especialistas, fisioterapeutas, enfermeiras, etc) e expandir a rede de referência. Além disso, é preciso, por exemplo, fazer o Hospital Ouro Verde funcionar em plena capacidade, o que só será possível com a gestão pública e estatal do serviço. Progressiva para não deixar a população mais desassistida do que já se encontra.

Sobre a Saúde Mental devemos enfrentar os ataques constantes a esta política pública, seja a situação do Cândido, a ameaça de fechamento de serviços (como foi o caso do Serviço de Atenção a Dificuldade de Aprendizagem), os retrocessos na política de Alcool e Drogas, em especial a adesão ao plano do Governo Federal de criminalização dos usuários de crack, o sucateamento em geral da rede de CAPS, dentre muitas outras. Graças à luta dos trabalhadores, este aspecto da crise ficou mais visível.

Nossa cidade tem uma grande trajetória e tradição na luta anti-manicomial e o processo de reforma psiquiátrica. Estes equipamentos de saúde mental serviram de referência para todo o Brasil. No entanto, com a precarização das condições de trabalho e atendimento, se observam retrocessos, com a presença cada vez mais frequente de relações manicomiais em diversos serviços. Isto ocorre muitas vezes contra a vontade de trabalhadores e usuários.

Outro componente essencial da estruturação de uma rede de saúde que tenha o lado dos trabalhadores e do povo pobre são as políticas de saúde do trabalhador. Não apenas a existência de Centros de Referência, fundamentais para o papel de vigilância das condições de trabalho e qualificação da rede, entre outros, mas por uma política que permita a todos os equipamentos de saúde adotar o lado do polo explorado da sociedade – pois é este que mais adocece, e cujo adoecimento é a base do enriquecimento dos grandes empresários que dominam nossa cidade.

Sabemos que em Campinas ocorre exatamente o contrário. As últimas administrações municipais (de acordo com as políticas dos governos federal e estadual), promoveram o sucateamento do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (CEREST) e a total falta de compromisso em capilarizar a abordagem da saúde do trabalhador nos diversos equipamentos de atenção à saúde.

Assim propomos:

- Reafirmação dos princípios do SUS - universalidade, integralidade e equidade;

- Política de reversão de todas as formas de privatização e terceirização do SUS, que estão nas mãos de OS, ONGs, OSCIPs ou outras congêneres, começando pela proposição da revogação da Lei complementar 101/2015 (Lei das OS);
- A Secretaria de Saúde assumirá a gestão do Complexo Hospitalar Ouro Verde;
- Reversão dos setores tercerizados do Hospital Municipal Mario Gatti, como a farmácia e do setor de suprimentos;
- Ampliar gradativamente os serviços públicos municipais, reduzindo a dependência dos serviços privados e diminuindo ano a ano o percentual gasto com estes serviços;
- Completar as equipes de todos os níveis de atenção (Primária, Secundária, Terciária, Vigilância Sanitária e Atividades Meio), respeitando o modelo de atenção vigente da Atenção Básica com as equipes de Saúde da Família, ampliadas com ginecologistas, Pediatras e Saúde Mental. Ampliação do quadro de Enfermagem, Auxiliar e Técnicos de Saúde Bucal;
- O Serviço de Saúde Cândido Ferreira será plenamente assumido pela Secretaria de Saúde por meio da municipalização e incorporação de seu quadro funcional, havendo contratação gradativa via concurso público para efetivar uma política de Saúde Mental;
- Ampliação das Equipes de Saúde da Família, com Equipes de Saúde Bucal Modalidade II para atendimento qualificado, até atender a recomendação do Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde;
- Estas equipes deverão se distribuir em até 3 ou 4 por Centro de Saúde, o que significará o aumento do número de Centros de Saúde para 100 até o final de 4 anos de mandato;
- Em 4 anos, contratar, via concurso público, Agentes Comunitários de Saúde, com foco na ESF para que possamos respeitar o parâmetro da Política Nacional de Atenção Básica do Ministério da Saúde, com seus EPIs preconizados (atender no máximo 750 pessoas);
- Contratação, via concurso público e Agentes de Controle Ambiental e Agentes de Apoio ao Controle Ambiental, para que possamos respeitar o parâmetro da Política Nacional de Atenção Básica do Ministério da Saúde, com seus EPIs preconizados;
- Disseminar informações no sentido de melhorar o nível geral dos conhecimentos da população sobre os fatores essenciais para uma vida saudável;
- Criação do programa de medicina preventiva e medicina alternativa;
- Visão do esporte como direito e promoção da qualidade de vida e cidadania;
- Promover o planejamento urbano para o desenvolvimento saudável de Campinas, garantindo ações integradas para a promoção da saúde pública;
- Qualificar espaços públicos que garantam condições para que famílias brinquem com seus filhos em parques, quadras e espaços públicos seguros;
- Política de aproveitamento e atenção em áreas públicas e privadas para combate a epidemias, redução da violência e para promoção do bem-estar;
- Municipalização Progressiva dos serviços de referência, apoio diagnósticos, especialidades, entre outros, que atualmente se encontram privatizados.
- Garantia de concurso público para atendimento da população;
- Lutar para aumentar os recursos para o município de serviços que já são realizados, mas cujo repasse não é feito (como os casos de alguns CAPS e de equipes de saúde da família);

- Resgatar o caráter protagonista da rede de saúde mental no município, com a retomada da política de expansão da rede de CAPS (incluindo os AD e infantis) e de valorização dos princípios da luta anti-manicomial e da reforma psiquiátrica.
- Estabelecer uma política de saúde do trabalhador que resgate os interesses de classe e que estabeleça limites aos arbítrios das grandes empresas que potencializam seus lucros com as péssimas condições de trabalho encontradas nas fábricas, canteiros de obras, entre outros.

## **EDUCAÇÃO: DIREITO DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA**

Nós assumimos nesse programa o compromisso com a educação pública de gestão pública estatal, como forma única forma de garantirmos o direito ao acesso e permanência à educação igualitária e de qualidade em todos os níveis no município de Campinas.

Só através de uma educação pública e estatal que iremos poder assegurar o caráter laico e democrático da Educação Escolar em nosso município.

Essa é uma condição necessária para implantarmos uma concepção pedagógica que seja de interesse dos trabalhadores e trabalhadoras de nosso município

Garantirmos recursos e condições de atendimento de forma igualitária e, ao mesmo tempo, promovermos a devida valorização dos profissionais do magistério que atuam no sistema de ensino garantindo-lhes condições de trabalho, salário e carreira e formação.

Para que consumemos essas propostas será um imperativo enfrentarmos, de forma dialogada com a população, os problemas decorrentes da privatização e da terceirização dos serviços na educação de Campinas.

A privatização da educação em Campinas tem se intensificado nas últimas gestão do Dr. Hélio e no do atual prefeito Jonas Donizete do PSB adeptos do programa nave-mãe.

A privatização da educação infantil está prevista na atual lei do PME na meta 1 que trata da educação infantil. O texto atual alterou a proposta de texto inicial da Conferência Municipal de Educação de 2014 que apresentou a seguinte redação: “Universalizar até 2016 a Educação Infantil para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, na rede pública municipal direta”. No entanto, no texto final apresentado pelo governo Jonas Donizette e seus apoiadores a redação ficou “pelo poder público municipal”, o que deixou margem para a fixação convênios com a iniciativa privada e a terceirização para o atendimento da população nessa modalidade de ensino. Não bastasse isso, na redação final da estratégia 1.8 garantiu a continuidade dos programas de parceria com o setor privado. Na versão final consta o seguinte texto: “expandir a rede pública de educação infantil direta e articular a oferta de matrículas gratuitas em entidades beneficentes de assistência social na área de educação”.

De forma geral no PME, em várias metas e estratégias, o atual governo municipal subtraiu o termo “público”, o “público estatal” ou o “em instituições públicas”, por outros termos mais condizentes com seu plano de privatização e de terceirização dos serviços em educação.

Para que avancemos na direção da melhoria da qualidade e da democratização da educação é preciso propor medidas para uma progressiva de reversão desse plano de privatização dos serviços educacionais em nosso município.

No que tange à gestão do sistema entendemos que é preciso que superemos o modelo meritocrático presente no sistema de ensino municipal. A qualidade não será alcançada

apenas com a adoção de exames e na proficiência dos estudantes.

A atual gestão vem fazendo esforços para implantar fortemente essa agenda em nosso município de forma acelerada. Para isso não mediu esforços para bancar a mal fadada contratação da Consultoria Falconi em 2014, uma experiência avaliada por nós como desastrosa e bastante custosa para os cofres municipais e para o orçamento da educação.

Entendemos que toda a avaliação do sistema e de seu desempenho deve ser feita na perspectiva do setor público e do interesse público e não segundo a lógica da empresa privada. É preciso romper o modelo de responsabilização dos profissionais do magistério para instituímos um modelo democrático e transparente de avaliação envolvendo todos os segmentos, inclusive a secretaria e seus órgãos centrais.

Na educação infantil, que é um direito da criança e da família há falta de vagas em creches e pré-escolas embora a Constituição e o Estatuto da Criança e Adolescente determinem a criança como prioridade absoluta inclusive nos orçamentos públicos; corte do tempo de permanência das crianças na creche atingindo cada vez mais crianças com menos idade; superlotação das turmas; privatização da oferta para ditas entidades sociais; terceirização e precarização do trabalho.

Defendemos a universalização do acesso na Educação Infantil via rede pública estatal como forma de garantir o acesso em condições de igualdade quanto a atendimento.

Nós queremos uma escola democrática que atenda aos interesses populares e promova a democratização do saber;

Uma educação promotora da inclusão social do indivíduo e que prepare o cidadão para uma participação ativa na sociedade;

Defendemos um Currículo ativo e crítico que contextualize os conhecimentos;

As práticas de responsabilização e controle do trabalho docente são decorrentes do discurso da qualidade e do neotecnicismo pedagógico implantado nas redes de ensino para contemplar as metas do IDEB.

O discurso da qualidade disseminado através desse indicador tem por finalidade o ajustamento das escolas aos esquemas de produtividade e competitividade tipicamente empresariais, o que pressupõe restringir o trabalho docente ao aspecto técnico e à lógica do desempenho e da performatividade atrelados a metas. Esse direcionamento às metas tem sido indutor do estreitamento do currículo.

Quanto ao nível fundamental, por exemplo, são intensos os debates referentes à crescente valorização dos conteúdos específicos direcionados ao IDEB, principalmente quanto ao domínio da língua portuguesa e da matemática, frente a uma compreensão mais abrangente do que venha a ser uma formação básica comum, tal como está expressa no artigo 210 da Constituição Federal.

Sobre a gestão democrática que defendemos pressupõe uma concepção pedagógica fundada em princípios democráticos como condição para a realização de uma educação emancipadora de cidadão humano-históricos.

É preciso nesse sentido esclarecer que uma gestão democrática pressupõe a apropriação da escola por parte de seus atores o que depende do necessário reforço do poder público municipal. Esse reforço, no entanto, não pode ser interpretado da mesma forma que os modelos gerenciais implantados hoje nos sistemas de ensino que compreendem a autonomia e participação como máxima responsabilização das escolas e suas equipes pelos resultados aferidos em exames.

Esses modelos empresariais centrados em testes e em indicadores de resultados desresponsabilizam os órgãos centrais e, ao contrário do que queremos, promovem a competição, a culpabilização o que, ao nosso ver, não são condizentes com um ambiente

educativo. Portanto, se queremos uma educação transformadora, precisamos transformar esse modelo hoje em vigor fomentando a participação, o diálogo e a democratização em todo o sistema.

No âmbito das escolas essa transformação deve contemplar sua reorganização a partir do debate profundo do sistema de autoridade e do trabalho educativo em seu interior. É preciso, para isso que situemos os atores da escola, alunos, professores, pais, e demais envolvidos no trabalho da escola na condição de sujeitos.

A participação, no entanto, demandará um aprendizado coletivo no espaço da escola e para isso, será necessário o empenho da gestão municipal na proposição de medidas que fomentem a participação dos sujeitos para o desenvolvimento de planejadas em cada uma das unidades do sistema de ensino. O estamos propondo é que a gestão municipal, através da SME, propicie condições para as escolas elaborem seu planejamento de forma participativa.

- Vencer o deficit de vaga das creches com vagas públicas, com gestão pública e em período integral;
- Implementar, em 4 anos, escola em período integral em todas as escolas de Ensino Básico;
- Fortalecimento do Ceprocamp, utilizando a estrutura de galpões não utilizados pelo público da Estação Cultura;
- Prover a todos, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, oportunidades educativas que lhes permitam papel protagonista na sociedade em todos os seus aspectos;
- Garantir a implementação do tema da sustentabilidade, cidadania, combate a violência contra as mulheres, ao racismo e a LGBTfobia de forma transversal nos currículos e propostas pedagógicas;
- Criar meios para fortalecer o protagonismo da escola e de seus atores ( professores, pais e alunos) através dos colegiados escolares - conselhos de escola e APMs;
- Prover a todos o ensino do esporte seguro e inclusivo, com professores qualificados, quadras e materiais esportivos adaptados e espaços para brincar com segurança. Deve ser tratado como direito e maneira de se promover a autoestima, o desenvolvimento pessoal, o trabalho em equipe, o respeito à diversidade e a promoção da saúde;
- Fortalecimento e ampliação da representação no Conselho Municipal de Educação; Buscar apoio do Governo Federal para implementar o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade;
- Convênio e parceiras com as instituições de ensino técnico e universitário para ações qualificação e construção de políticas públicas na área da educação;
- Parceria com cursinhos populares do município de Campinas;
- Ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos, atendendo à demanda e às necessidades de formatos, turnos e horários favoráveis ao público jovem, zerando a taxa de analfabetismo em Campinas nos quatro anos de mandato;
- Compromisso com uma educação pública com gestão pública estatal;
- Compromisso com a gestão democrática;
- Avaliação do sistema via setor público tal como prevê o artigo 12 do PME. Devemos para isso contar com a participação da universidade pública;
- Valorização dos trabalhadores da Educação;

- Enfrentamento pela retirada da Educação da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Compromisso com a preservação dos direitos dos trabalhadores da educação previstos no atual plano de carreira do municípios;
- Incluir os Agentes de Educação Infantil no quadro do magistério;
- Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a revisão do Plano de Carreira e do Estatuto do Magistério Público dos(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o Plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.
- Reversão da Privatização como forma de garantirmos e preservarmos os direitos dos trabalhadores da educação, assim como, melhores condições de trabalho, valorização e formação em Campinas;
- Pensar uma política de formação continuada - prática e fundamentos
- Compreensão de que o trabalho docente é um trabalho intelectual, ação transformadora e contextualização dos conhecimentos;
- Combate ao projeto “Escola sem partido”

## **CULTURA COMO DIREITO E VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO LOCAL**

- Formular parâmetros culturais promovendo a gestão participativa e transparência nos investimentos envolvendo comunidade, profissionais da área cultural e gestores públicos;
- Garantir o amplo acesso aos espaços culturais existentes, promovendo múltiplos usos junto à população local, assim como disseminá-los para regiões que ainda não os possuem;
- Fomentar a criação e a produção cultural nas comunidades, observando sempre o valor das tradições culturais populares;
- Estabelecer acesso gratuito ou a preços simbólicos nos equipamentos e espaços culturais públicos;
- Apoio a espaços culturais já existentes;
- Criação da Escola de Artes de Campinas - Carlos Gomes;
- Fim da cobrança pelo uso do solo público para eventos culturais;
- Fortalecimento da rádio Educativa;
- Criação de um jornal e de um canal de televisão da cidade;
- Acabar com burocracias para artistas e produtores culturais que queiram realizar atividades autônomas nos espaços públicos. ;
- Descentralizar recursos da cultura que hoje estão concentrados em grandes eventos, enquanto os centros culturais distribuídos pela cidade operam com pouquíssimos recursos;
- Pagamento de artistas e grupos que realizaram trabalhos contratados pela Secretaria de Cultura;
- Implementação das demandas aprovadas pelo Conselho Municipal do Orçamento Participativo, que deveriam ter sido executadas ainda em 2013: revitalização qualificada da EMCEA (Escola Municipal de Cultura e Arte), com ações descentralizadas pela cidade, e a reforma de três casas de cultura: Parque Itajaí, DIC e

Casarão. Para essas demandas foi aprovado um orçamento inicial de 900 mil reais (valores de dezembro de 2012, equivalentes a cerca de 1,2 milhões atualizados para maio de 2016), que foram incluídos no orçamento da Secretaria de Cultura. Desses, 600 mil deveriam ser destinados às reformas das casas de cultura, e os outros 300 mil, para o início do processo de revitalização da EMCEA. Até hoje a população espera uma satisfação sobre o que foi feito com esses recursos, porque nenhuma das ações foi realizada;

- Respeito a Conferência Municipal de Cultura realizada em agosto de 2014, que contou com ampla participação da sociedade civil, de encaminhamento para a Câmara Municipal da proposta, elaborada coletivamente durante a Conferência, de reformulação do Conselho Municipal de Políticas Culturais, adequando-o aos ditames do Sistema Nacional de Cultura. Sem a adequação, a adesão de Campinas ao SNC não se viabiliza e o município perde o direito de reivindicar recursos do Fundo Nacional de Cultura. O Conselho Municipal de Políticas Culturais é um instrumento fundamental para a participação popular, viabilizando o diálogo entre poder público e sociedade civil na formulação e no acompanhamento de políticas públicas de cultura;
- Publicidade e transparência sobre os R\$ 80 milhões de reais, depositado pela Secretaria de Estado da Cultura para construção do Teatro de Ópera;
- Proposição de de uma Lei de Fomento às Artes da Cena;
- Reforma do Centro de Convivência, teatro público municipal abandonado por várias gestões municipais;
- Apoio as manifestações culturais, como Escolas de Samba e blocos de carnavais de rua;

### **MORADIA POPULAR DE QUALIDADE: UM DIREITO HUMANO INALIENÁVEL E INSTRUMENTO DA CONSTRUÇÃO DE OUTRA CIDADE**

- Implementação do Estatuto das Cidades, com Reforma Urbana que garanta implementação de moradias populares tanto na região central como no centro expandido, aumento assim o fluxo de pessoas aos finais de semana reduzindo índices de violência e menor necessidade de transportes.
- Processo de regularização fundiária com a meta de 100% de regularização em 4 anos;
- Instituto de Planejamento Urbano dispendo de arquitetos e engenheiros para proposição de melhorias nos imóveis
- Implementar IPTU progressivo e demais mecanismos do Estatuto da Cidade;
- Obrigatoriedade de moradias populares nos 45 prédios inacabados e abandonados em Campinas;

### **ASSISTÊNCIA SOCIAL: CAMPINAS DE PROTEÇÃO E OPORTUNIDADES**

Uma cidade justa se faz com proteção às pessoas vulneráveis, e a implementação de políticas que garantam a igualdade de oportunidades. Campinas hoje conta com uma população em situação de rua com cerca de 500 pessoas. Essas pessoas sofrem com o preconceito, a falta e oportunidades e a violência dos órgãos do estatais. Assim propomos:

- Criação da Política Intersetorial para a População em Situação de Rua, criança e adolescentes;

- Criação de programa de trabalho e renda específico para a população em situação de rua que possibilite a sua inserção no mercado de trabalho de acordo com sua formação profissional ou afinidade laborativa.
- Instalar banheiros na região central em regiões em que há convívio desta população;
- Construir o Centro de Atenção e Proteção Integrada com casa abrigo tipo albergue e para casais, maleiro, Centro de Atenção Psicossocial;
- Construir Casa de Passagem que atendam a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, segundo a Resolução 109 de 11 de setembro de 2009 para pessoas em situação de rua;
- Revisão dos critérios da COHAB para a inscrição da População em Situação de Rua no cadastro para a casa própria, em especial no que se refere à comprovação de residência;
- Criação do Programa Autonomia e Oportunidades de apoio à População em Situação de Rua, apoiando inclusive com programa de aluguel social;
- Reestruturação do consultório médico de rua para atendimento desta população como agentes redutores de danos;

### **TRABALHO E RENDA – OPORTUNIDADES DE TRABALHO AOS PEQUENOS EMPREENDEDORES E ÀS COOPERATIVAS POPULARES**

- Cadastrar profissionais e criar postos de treinamento e encaminhamento para a empregabilidade da população em situação de rua bem como capacitação e incentivo ao trabalho associado.
- Garantir a participação de pessoas com deficiência em cursos de capacitação profissional, respeitando as suas potencialidades, visando o aprendizado das novas técnicas de produção. Ampliar parcerias com escolas profissionalizantes;
- Garantir instrumentos que possibilitem, às pessoas com deficiência, a participação em cooperativas populares visando a emancipação econômica;
- Enfrentar o desemprego com políticas de estímulo à dinâmicas econômicas locais;
- Criar medidas para estimular e apoiar o trabalho local e descentralizado;
- Desenvolver e implementar princípios e indicadores de sustentabilidade para as empresas, desde a localização mais apropriada para cada uma, passando por seus processos e produtos, até a sustentabilidade das cadeias produtivas que integram;
- Promover o mercado de produções criativas locais;
- Implementar o turismo local, urbano e rural, sustentável;
- Inclusão dos catadores na política de coleta seletiva com a remuneração pelos serviços prestados;
- Priorizar que compras públicas sejam feitas junto à empreendimentos de Economia Solidária e à Cooperativismo Popular;
- Criar uma política séria e consistente de apoio à Economia Solidária e ao Cooperativismo.

### **POLÍTICA MUNICIPAIS COMO EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES**



- Efetivação da Lei Maria da Penha com Casas Abrigos, fortalecimento do CEAMO e implantação Centro de Ressocialização do homem agressor;
- Instalação do Centro de Parto Normal Público em Campinas no Hospital Ouro Verde para a otimização de políticas de humanização do parto, pré-parto, pós-parto e puerpério, além de auxiliar na criação e manutenção de grupos de gestantes, pais e acompanhantes para prepará-los para o processo. Ter políticas públicas para reversão de taxas de cesárias eletivas e marcadas acima de 70%, aproximando-se da orientação da OMS de 15% (estudos científicos mostram que a cesariana aumenta em até 120 vezes a probabilidade de o bebê nascer prematuro e ter a síndrome de angústia respiratória/ 16% dos óbitos infantis são causados por prematuridade/ o risco de mortalidade materna na cesariana triplica em relação ao parto normal);
- Promover ações e programas dirigidos a mulheres, especialmente negras e negras:
  - a) Criar Centro de Cidadania da Mulher, oferecendo atividades ligadas a cultura, esportes, trabalho, saúde e direitos sexuais e reprodutivos, bem como a participação de jovens na definição da programação destes equipamentos;
  - b) Combate a violência contra a mulher e o namoro violento, veiculando campanhas para este público e promovendo, em parceria com o governo estadual e federal, a efetiva aplicação da Lei Maria da Penha;
- Garantir licença-maternidade e licença-adorante de 180 dias para servidoras e de 30 dias para licença-paternidade e licença-adorante;
- Incluir, nos critérios dos editais de licitação da verba publicitária da Prefeitura, que as empresas participantes (marketing e veiculação) não possuam programas difamatórios, vexatórios, machistas/sexistas, LGBTfóbicos e racistas;
- Alteração da legislação municipal relativa à publicidade, para a inclusão de cota de mulheres, LGBT, negr@s, pessoas com deficiência para modelos das campanhas municipais.
- Garantir condições para que o Conselho Municipal de Direitos Humanos realize o monitoramento da mídia, denunciando e exigindo direito de resposta, aos meios de comunicação que firam a imagem e a cidadania de mulheres, LGBT, negr@s, pessoas com deficiência e moradores em situação de rua;
- Instituir Selo de Respeito a Diversidade para reconhecer as empresas que respeitem e promovam a diversidade no ambiente de trabalho;
- Realização de Campanhas Mensais de respeito a diversidade, contra o machismo/sexismo, LGBTfobia, que promova os direitos de pessoas com deficiência e dos moradores em situação de rua, a ser veiculada em todos os espaços publicitários do município e demais mídias, e em todos os espaços públicos da prefeitura, como Subprefeituras, Postos de Saúde, Escolas, etc.

## **POR UMA CIDADE JUSTA: ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE INCLUSIVA E QUE RESPEITE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

O cenário Mundial já sinaliza a importância da Inclusão de Pessoas com Deficiência na sociedade, o Brasil deu um grande passo quando foi signatário da Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência, pelo decreto Nº 6949 de 25 de agosto de 2009.

No entanto apesar dessa sinalização Nacional de inclusão, nos Municípios a história se mostra diferente, a militância da Pessoas com Deficiência em Campinas teve um papel

fundamental nas lutas desse seguimento, Pessoas como Roseli Bianco, Vinícius Garcia, Katia Fonseca, Fábio Alves foram protagonista de Diversas batalhas com o CVI (Centro de Vida Independente) ONG que milito para que a inclusão fosse garantida.

Algumas das inúmeras conquistas não foram entregues de mão beijadas, e o movimento em Campinas sempre posiciono sobre o Lema nada Sobre Nós Sem Nós, e apesar disso muitas politicas são implementas sem a consulta da sociedade civil, nossa cidade é uma das mais acessíveis no País no entanto ainda não tem uma frota 100% acessível, desfruta de um serviço porta a porta, mas é notório que só sabemos o numero de viagens do serviço, mas nunca foi informado o numero de pessoas que fica sem conseguir usar, nossa infra estrutura ainda é falha, ainda concluímos obras publicas e privadas sem as devidas adequações para acessibilidade, não contamos com interpretes de libras nas repartições publicas, inúmeras salas bilíngues foram fechadas dificultando a inclusão dessas crianças.

E por conta disso entendemos que nosso plano de governo vem para adequar essas falhas ainda existentes, promover uma inclusão participativa, capaz de buscar entendimento com os principais favorecidos dessas politicas, no intuito de aquelas de forma inteligente, para que sejam sanadas todas as demandas dessa população, que vive em dificuldade em nossas cidade como em tantas outras, pelas falhas arquitetônicas, pelo preconceito, pela falta de fiscalização dos Órgãos Públicos nas politicas direcionadas a elas, para que se construa uma cidade para todos inclusive para Pessoas com Deficiência.

- Mapeamento das condições de acessibilidade e adequação de escolas, creches, centros de saúde, prédio da prefeitura e outros equipamentos públicos - condições arquitetônicas, materiais e suportes, capacitação profissional;
- Garantir o cumprimento das leis de cotas em concursos públicos da administração pública municipal direta, indireta e autárquica, bem como meios necessários para a realização das provas (intérprete oficial de LIBRAS, provas escritas em BRAILE, leitores e ajudas técnicas assistivas, guia-intérprete, acessibilidade universal, comunicação alternativa, etc).
- Melhorar no PAI/Transporte e estabelecer um cronograma para acessibilidade total da frota;
- Adequação da legislação municipal à Lei Brasileira de Inclusão e Convenção;
- Propiciar a participação da pessoa com deficiência e da sociedade civil em todas as fases de implementação de políticas públicas voltadas a esta população;
- Garantir a efetiva execução das normas técnicas de funcionalidade e acessibilidade vigentes nos projetos habitacionais no Município;
- Garantir que nas habitações construídas, implementadas ou financiadas pela COHAB, sejam reservadas um mínimo de 10% das habitações para o atendimento preferencial das famílias com pessoas com deficiência. Essas habitações deverão estar adaptadas às necessidades das pessoas com deficiência e à acessibilidade à via pública, equipamentos e mobiliários pertencentes à edificação;
- Permitir que famílias já contempladas com habitação e que posteriormente venham a ter pessoas com deficiência possam fazer nova inscrição ou permuta para uma habitação acessível;
- Introduzir e difundir, na atenção primária (Saúde), conceitos e estratégias para a implementação das ações de promoção de saúde, prevenção a fatores causadores ou agravantes de deficiências, reabilitação, equiparação de oportunidades e inclusão da pessoa com deficiência;

- Garantir reserva de vagas, no mínimo de 5%, nos programas de geração e/ou complementação de renda, criados, gerenciados ou financiados pela Prefeitura;
- Garantir a participação de pessoas com deficiência em cursos de capacitação profissional, respeitando as suas potencialidades, visando o aprendizado das novas técnicas de produção. Ampliar parcerias com escolas profissionalizantes;
- Garantir instrumentos que possibilitem, às pessoas com deficiência, a participação em cooperativas de trabalho visando a emancipação econômica;
- Garantir aos funcionários públicos com deficiência, da administração direta, indireta ou autárquica, as tecnologias assistivas necessárias ao bom desempenho de suas funções.
- Desenvolver projetos voltados à capacitação de acompanhantes/cuidadores domiciliar para pessoas com deficiência, objetivando a melhora de sua qualidade de vida;
- Garantir atendimento às pessoas com deficiência através da oferta adequada de referência, contra-referência e o fornecimento de órteses, próteses e materiais de insumo;
- Monitorar os indicadores de saúde através de estudos epidemiológicos e clínicos, gerando e publicando informações sobre a ocorrência de deficiências e incapacidades, avaliando resultados e impactos das ações realizadas.
- Garantir rede municipal de serviços com recursos humanos capacitados para o atendimento da mulher com deficiência e equipamentos adequados – mesa ginecológica, mamógrafo, balança e outros;
- Capacitar recursos humanos para atendimento das necessidades da pessoa com deficiência nas atividades de esporte, lazer e recreação, com a adequação dos espaços públicos e materiais específicos;
- Garantir e incentivar a participação da pessoa com deficiência em práticas e atividades esportivas, lazer e recreação;
- Incentivar e promover eventos esportivos de lazer e recreação com a participação concomitante de pessoas com e sem deficiência;
- Garantir que toda a informação e serviço disponibilizado de forma impressa, em mídias digitais ou através da Internet pela administração direta, indireta, autarquias e demais empresas controladas ou subvencionadas pela Prefeitura, permitam sua utilização por pessoas com deficiência.
- Os computadores e softwares instalados nas bibliotecas devem ser projetados e equipados com as ajudas técnicas necessárias, contando inclusive com tecnologias assistivas e instalados em locais livres de barreiras arquitetônicas, de forma a permitir sua utilização por pessoas com deficiência;
- Capacitar os servidores e/ou firmar convênio com entidades capazes de fornecer às pessoas surdas ou com deficiência auditiva e as pessoas surdacegas, intérprete da Língua de Sinais Brasileira (Libras), guias-intérpretes e outros recursos de expressão a ela associados, de forma a manter pessoal qualificado para atendimento dessas pessoas na rede municipal de saúde, educação, cultura, esportes, bem como demais postos de atendimento ao público em geral.
- Instalar, nos edifícios públicos, sinalização sonora, tátil e visual, indicativas da localização de telefones para surdos, de sanitários e elevadores acessíveis, rotas de emergência para pessoas com deficiência, alarmes luminosos e sonoros e demais símbolos e pictogramas conforme especificado em norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

- Garantir a matrícula e permanência com qualidade de crianças, adolescentes, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais que se relacionam com diferenças determinadas ou não por: deficiências, limitações, condições e/ou disfunções no processo de desenvolvimento e altas habilidades / superdotação, atendendo as suas singularidades com propósito de acolher / responder suas necessidades educacionais especiais;
- Garantir a formação contínua de profissionais da rede municipal de ensino para o atendimento educacional às crianças, adolescentes, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais;
- Construir currículos, criar e/ou adaptar e disponibilizar materiais, equipamentos e demais recursos tecnológicos e de comunicação que garantam acessibilidade ao conhecimento, comunicação e interação social de crianças, jovens, adolescentes e adultos com necessidades educacionais especiais;
- Promover campanhas educativas e fiscalizar a correta utilização das vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
- Fiscalizar a construção, a manutenção e o bom uso de calçadas, passeios e outros espaços para pedestres, garantindo a eliminação de barreiras e outros elementos que provoquem impedimento, risco ou dificuldades para a locomoção de pessoas com deficiência.
- Garantir que equipamentos culturais, públicos ou que recebam financiamento público, possuam adaptações que acomodem as diferenças e necessidades para o acesso físico, comunicativo e intelectual de todos os cidadãos;
- Promover a capacitação de recursos humanos especializados e a inserção profissional de pessoas que apresentam diferenças sensoriais, físicas, intelectuais ou mentais nos equipamentos culturais públicos garantindo-lhes condições adequadas para o trabalho;
- Garantir o direito à formação, à expressão e à produção cultural e artística das pessoas que apresentam diferenças sensoriais, físicas, intelectuais ou mentais, assim como de todos os cidadãos;

## **POLÍTICAS MUNICIPAIS DE COMBATE AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**

- Implantar cotas étnico-raciais nos concursos públicos na prefeitura, autarquias empresas municipais e outros, em respeito à lei federal que prevê reserva de 20% das vagas em todos os concursos públicos para candidatos pretos e pardos em respeito a Lei 12.990, em junho de 2014;
- Efetivar a implantação, nas escolas públicas do município, do ensino sobre Relações Étnico-Raciais e de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, como previsto pelas leis nº10.639/03 e nº11.645/08, disponibilizando informações atualizadas a respeito de todo o processo;
- Incorporação das rotinas dos serviços de saúde a atenção à doenças, agravos e condições prevalentes na população negra;
- Introdução do quesito cor em todos os documentos do SUS, como cartão, prontuários médicos, fichas de investigação epidemiológica, fichas de notificação de doenças, inquéritos epidemiológicos e levantamentos de prevalência de doenças;
- Priorização de ações de combate à mortalidade precoce e evitável na população negra, especialmente no que se refere à mortalidade infantil e à mortalidade materna;

- Priorização ao atendimento de Anemia Falciforme;
- Capacitação da Guarda Municipal e demais servidores em Direitos Humanos, combate ao racismo e à abordagens discriminatórias.

## **CAMPINAS DE TODAS AS CORES: POLÍTICAS DE COMBATE À LGBTfobia E PROMOÇÃO DE OPORTUNIDADES PARA TODAS E TODOS**

- Implementar formação continuada junto aos servidores municipais sobre Direitos Humanos, Gênero, combate ao Racismo e a LGBTfobia. A participação e respeito a estes princípios serão incorporados para ocorrer a progressão na carreira destes servidores;
- Implementar no currículo escolar na Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos e Profissionalizante, conteúdos sobre Direitos Humanos, Gênero, combate ao Racismo e a LGBTfobia;
- Implantar programa de cidadania da população LGBT, baseado:
  - a) No fortalecimento do Centro de Referência LGBT, com especial atenção às Travestis e Transexuais;
  - b) Qualificar profissionais de referência que dialoguem junto às organizações e escolas locais, com material de apoio.
  - c) Na promoção de campanhas de valorização da diversidade sexual focadas em espaços frequentados por adolescentes e jovens, como as escolas, parques, praças;
 

Reafirmar a laicidade do Estado nas políticas públicas, em especial na área da Educação;

    - Padronização e sistematização dos dados de LGBT atendidas por todos os equipamentos e serviços municipais, utilizando-os para realizar pesquisas que orientem as políticas públicas para LGBT no município; especialmente mediante censo municipal da população LGBT, a fim de mensurar estes municípios para que sejam adotadas políticas públicas a seu favor;
    - Promover, apoiar e fomentar currículos, métodos e recursos pedagógicos, entre outras medidas, voltadas para criar um ambiente escolar de convivência na diversidade;
    - Produzir e estimular a confecção e a divulgação de materiais didáticos e de materiais específicos para a formação de profissionais da educação, com a finalidade de promover o reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, inclusive em linguagens e tecnologias que contemplem as necessidades das pessoas com deficiência.
    - Investir na produção e divulgação de materiais de prevenção, diagnóstico precoce e profilaxia pós-exposição às DST/HIV/AIDS específicos para LGBT, e contemple a necessidade de realização de exame anual de anuscopia e Papanicolau.
    - Garantir o acesso de LGBT e seus familiares à Saúde mental, com atendimento psicológico e psiquiátrico qualificado, capacitando os profissionais para uma abordagem que não patologize as orientações sexuais e as identidades de gênero.
    - Implementação dos quesitos “orientação sexual e identidade de gênero”, por auto-definição, nos prontuários e ficha de atendimento nos serviços municipais de saúde.
    - Incentivar a contratação de Travestis e Transexuais para atuar como agentes comunitários de saúde na SMS e parceiros.
    - Investimento na formação e capacitação de LGBT, com prioridade para Travestis e Transexuais, por meio de cursos profissionalizantes;

- Garantir o direito de travestis e transexuais femininas e masculinas de utilizar banheiros de órgãos da administração pública municipal direta e indireta conforme sua identidade de gênero, independente do registro civil da pessoa.
- Manter e ampliar políticas de geração de renda e incentivar a criação de cooperativas e empreendimentos de economia solidária para a população LGBT, com prioridade a Travestis e Transexuais, bem como o empreendedorismo individual e a inserção no mercado de trabalho.
- Sensibilizar e estimular que as empresas privadas utilizem o nome social de Travestis e Transexuais desde a realização do processo seletivo, respeitando a identidade de gênero.

## **JUVENTUDE -INCLUSÃO, OPORTUNIDADE E CIDADANIA**

- Fortalecer o Conselho Municipal de Juventude, tornando-o deliberativo e com capacidade de elaborar e avaliar políticas públicas de juventude de forma intersetorial;
- Construir um Plano Municipal de Juventude que:
  - a) Se baseie em um amplo mapeamento da juventude campineira;
  - b) Seja fruto de um processo participativo, com ampla discussão pela juventude da cidade;
    - Criar Centro de Juventude voltado para juventude, para realização de atividades culturais, formações, espaço para reuniões e articulações e atendimento da juventude;
    - Incentivar o grafite como manifestação artística e de liberdade de expressão;
    - Apoiar o(a) jovem produtor(a) cultural e descentralizar os bens culturais da cidade, por meio de:
      - a) Modelos de gestão efetivamente abertos à participação de grupos e coletivos, especialmente em Casas de Cultura e outros espaços culturais;
      - b) Ampliação de equipamentos culturais, criando e qualificando, entre outras coisas, Casas de Cultura em cada subprefeitura, bibliotecas e espaços de produção audiovisual;
      - c) Investimento em circuitos culturais e iniciativas de promoção de cultura na periferia, criando estímulos para o desenvolvimento econômico e a geração de trabalho e renda nesta área.
      - d) Possibilitando a participação de grupos e coletivos informais no Conselho de Cultura.
        - Criar uma política municipal de saúde específica para a juventude, capacitando os profissionais para atendimento d@s jovens, com:
          - a) Fortalecimento do SUS e implantação de serviços de saúde amigáveis;
          - b) Garantia do direito a sexualidade como política integral para a juventude, tendo em vista os métodos contraceptivos, exames (especialmente o de prevenção do colo do útero) e acesso à vacina de HPV;
          - c) Estratégias específicas para envolver jovens homens no cuidado com a saúde e co-responsabilização e atender jovens lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis ;
          - d) Que trate da questão das drogas como um problema de saúde pública, disponibilizando meios adequados de prevenção e tratamento.
          - e) Fortalecimento das ações integradas entre as áreas da saúde e educação (municipal e estadual) tendo em vista a promoção da saúde de adolescentes e jovens, em especial a saúde sexual e reprodutiva.
            - A garantia do direito constitucional de livre manifestação e uso dos espaços públicos, valorizando a arte de rua e a organização políticas de jovens;

- Promover um encontro anual do Prefeito com a juventude, organizado pelo Conselho Municipal de Juventude.
- Promover acesso de jovens à Ciência, Tecnologia e Comunicação, com:
  - a) Criação e implementação de programas e leis de fomento a produção de mídias alternativas por jovens, dentro e fora das escolas através de parcerias com faculdades de comunicação;
  - b) Acesso gratuito à Internet em todos os equipamentos públicos da cidade, ampliando e implantando programas de banda larga;
  - c) Criação de projetos de Rádio nas Escolas Municipais, jornais com a finalidade de fomentar a produção de mídias livres e alternativas em parcerias com faculdades de comunicação;
 Criar uma galeria urbana de grafite, incentivando e valorizando a arte como liberdade de expressão
  - Criar políticas específicas para ampliar e qualificar a inserção de jovens no mercado de trabalho, especialmente mulheres, negr@s e pobres, que:
    - a) Estejam baseadas na Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude;
    - b) Criem vagas na periferia;
    - c) Promovam formação e qualificação em áreas diversas, com acesso às novas tecnologias de produção, comunicação e informação;
    - d) Combatam a precarização do trabalho, promovendo inserção digna e profissões com maior perspectiva de desenvolvimento pessoal, social e econômico;
    - e) Ofereçam estímulos para a continuidade dos estudos;
    - f) Produzam e disponibilizem informações de fácil acesso tanto sobre os cenários e oportunidades como sobre as políticas implantadas;

## **GESTÃO EFICIENTE SE FAZ COM SERVIDORES VALORIZADOS**

A Servidora e o Servidor são a garantia da continuidade da gestão pública eficiente e de atendimento à todas as pessoas. As gestões passam os servidores ficam.

modelos privatistas para contratação de funcionários, sabotar um plano de carreiras que atenda os interesses dos servidores públicos. As consequências são evidentes: piora nas condições de trabalho, precarização dos serviços, aumento do adoecimento de servidores (em função também do assédio moral institucionalizado pela prefeitura).

O PSOL defende uma política para o serviço público que abra imediatamente concursos públicos, que dobre o efetivo de servidores públicos nas áreas sociais, que garanta um plano de carreira, que respeite o direito de organização e de greve, que combata o assédio moral, pois somente assim se pode criar condições para a garantia de acesso aos direitos. Não existe políticas públicas sem servidor público valorizado e respeitado.

- Revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, com o intuito de valorização do servidor pública;
- Política de formação continuada do servidor público;
- Adequação física dos locais de trabalho dos servidores públicos;
- Reversão do processo de assédio moral institucionalizado pela prefeitura.